

INSTITUTO BLAISE PASCAL  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSO  
GESTÃO DO CONHECIMENTO,  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Arlene Cristina Souza Miranda

**Critérios para Desenvolvimento da  
Coleção de Periódicos da Biblioteca da  
Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Trabalho de  
Conclusão de Curso – TCC

2010

Brasília – DF  
Novembro 2010

Miranda, Arlene Cristina Souza.

Critérios para desenvolvimento da coleção de periódicos da biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal / Arlene Cristina Souza Miranda. Brasília, DF: [manuscrito], 2010.

X p. + 45 p.

Impresso por computador.

Monografia (especialização). Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação. Interuni/Instituto Blaise Pascal, 2010.

1. Coleção de periódicos – desenvolvimento. 2. Biblioteca. 3. Poder Legislativo. I. Título. II. Distrito Federal (Brasil) Câmara Legislativa.

CDU 025.173:342.537(817.4)(043.3)

INSTITUTO BLAISE PASCAL  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSO  
GESTÃO DO CONHECIMENTO,  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

**Critérios para Desenvolvimento da  
Coleção de Periódicos da Biblioteca da  
Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Arlene Cristina Souza Miranda

Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação apresentado ao INSTITUTO BLAISE PASCAL como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialização.

ORIENTADOR: Prof. Wagner Castilho

Brasília – DF  
Novembro 2010

**Critérios para Desenvolvimento da  
Coleção de Periódicos da Biblioteca da  
Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Arlene Cristina Souza Miranda

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO AO CORPO  
DOCENTE DO CURSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E  
DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO BLASE PASCAL, COMO REQUISITO  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Wagner Castilho (Orientador)

---

Avaliador

---

Avaliador

Brasília – DF  
Novembro 2010

“Tudo que te vier à mão para fazer,  
faze-o conforme as tuas forças,  
porque não há obra nem projetos, nem conhecimento,  
nem sabedoria alguma”.

Eclesiastes 9.10

Dedico este trabalho a todos os colegas, gestores da informação que, como eu, também se interessam por pesquisar e oferecer aos usuários de bibliotecas um acervo de periódicos que acompanhe, ajudando, com respostas efetivas, a dirimir dúvidas na direção da busca de informações.

Agradeço, primeiramente, a Jesus que me proporcionou a saúde, a disposição e a oportunidade de empreender mais uma etapa em minha jornada com a realização deste curso para agregação de valor a minha carreira. Também agradeço, especialmente, a minha mãe que me supriu com tanto apoio e carinho. Da mesma forma, e não menos, ao Carlos Roberto que me ajudou e compreendeu minhas ausências. A minha irmã, pela ajuda. À Suzana, que me inspirou a usar as madrugadas para estudar. Aos colegas, servidores da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que não mediram esforços para me atender. À Mesa Diretora da Câmara Legislativa de 2009, por aceitar meu pedido para cursar esta pós-graduação. Ao meu orientador, Prof. Wagner Castilho, e a todos que, de alguma forma, me apoiaram durante o transcurso das disciplinas e do trabalho final, meus sinceros agradecimentos.

**Resumo:**

Este trabalho de pesquisa visa levantar critérios para o desenvolvimento da coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a qual é especializada em Ciências Sociais, com ênfase no Direito. A Biblioteca segue sua própria política de avaliação e desenvolvimento da coleção bibliográfica. Percebe-se, no entanto, que, quanto à coleção de periódicos, essa política carece de mais elementos que condicionem um processo de aquisição de títulos, bem como de descarte, respaldado por critérios técnicos mais permanentes e menos influenciado por opiniões pessoais de profissionais que passam por este Serviço da Biblioteca. A implantação de critérios pretende colaborar para o desenvolvimento equilibrado da coleção de periódicos. Ela também pode ser de relevante importância para a instituição como um todo, pois contribui para o aperfeiçoamento da qualidade do conteúdo da coleção oferecida aos usuários, estimula a leitura de artigos de periódicos, promove o uso racional do novo espaço físico para armazenamento adequado do acervo, e corrobora com a gestão ética dos recursos públicos, ajudando a melhorar diante da sociedade a imagem desta Casa Legislativa. Para levantamento dos dados, usa-se como base o estudo de textos da literatura, a observação *in-loco* do acervo, a análise de documentos internos e conversas com o chefe e profissionais da Biblioteca. Conclui-se com os critérios para o desenvolvimento da coleção de periódicos e com recomendações para o melhor aproveitamento dessa coleção.

**Palavras-chaves:**

Desenvolvimento de coleções, coleção de periódicos, biblioteca, Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**Abstract:**

This search aims to raise standards for the development of periodic collections from Câmara Legislativa do Distrito Federal's Library, which is specialized in social sciences, with emphasis on Law. The Library follows its own policy on evaluation and bibliographic collection development. It is understood, however, that, for periodic collection, this policy needs more elements that can leads the acquisition process of securities, as well as disposal, backed up by relevant technical criteria and less influenced by personal opinions. The establishment of criteria aims to collaborate in the balanced development of the periodic collection. It can also be significant to the Institution as a whole. It contributes improving the quality of the collection offered, encouraging reading journal articles, promotes the rational use of the space for proper storage of the collection, and corroborates the ethical management of public resources, helping to improve the image before the society this House. For data collection, there was used literature review, on-site observation, documental analysis and interviews with professionals and with the head of the Library. It concludes formulating criteria for the development of periodic collections and recommendations for the best use of this collection.

**Key Words:**

Collection development, periodic collection, library, Câmara Legislativa do Distrito Federal (Brasil).

## Siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

BBD – Bibliografia Brasileira de Direito

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

DCL – Diário da Câmara Legislativa

DOC – extensão de nome de arquivo de editor de texto

DODF – Diário Oficial do Distrito Federal

FTP – *File Transfer Protocol* (Protocolo de Transferência de Arquivo)

HTML – *Hypertext Markup Language* (Linguagem de Marcação de Hipertexto)

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ISO – *International Standardization Organization*

ISSN - *International Standard Serial Number*

JCR – Journal Citations Report

PDF – *Portable Document Format*

QUALIS – Sistema de Avaliação de Periódicos da CAPES

RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional

SIBi/USP – Sistema Integrado de Bibliotecas Universitárias /Universidade de São Paulo

ZIP – Formato de compactação de arquivos

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b>	<b>1</b>
<b>1.2 Caracterização da Instituição</b>	<b>2</b>
<b>2 Referencial Teórico</b>	<b>6</b>
<b>3 Situação Problema</b>	<b>17</b>
<b>4 Objetivos</b>	<b>18</b>
<b>4.1 Objetivo Geral</b>	<b>18</b>
<b>4.2 Objetivos Específicos</b>	<b>18</b>
<b>5 Justificativa</b>	<b>19</b>
<b>6 Metodologia</b>	<b>19</b>
<b>6.1 Classificação da Pesquisa</b>	<b>20</b>
<b>7 Análise</b>	<b>21</b>
<b>8 Proposta</b>	<b>31</b>
<b>8 Conclusões e Recomendações</b>	<b>34</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>36</b>
<b>Anexos</b>	<b>42</b>

## 1 Introdução

A gestão do conhecimento, da informação e da documentação passa obrigatoriamente pela formal organização da informação, esteja esta em que formato estiver.

Diversas organizações se encarregam da gestão da informação. A biblioteca é uma delas e, por que não dizer, uma das mais comuns.

O percurso da informação dentro da biblioteca é chamado de processamento técnico da informação. Nesse processamento, a informação pode aparecer de diversas formas e contida em: livro, periódico (revistas e jornais) folheto, mapa, fita cassete, filme, CD-ROM, DVD, imagens e outros formatos, além de itens presentes em redes virtuais de informação.

Os periódicos são uma tipologia de publicação das mais utilizadas para divulgação do estado da arte nos vários ramos da ciência. A grande quantidade de títulos de periódicos nas diversas áreas do conhecimento tem sido motivo de preocupação por parte de diversos profissionais interessados na qualidade da informação. Pois, provoca a questão: até que ponto a coleção de periódicos de uma biblioteca específica representa a área do conhecimento abordada pela instituição mantenedora da biblioteca e atende bem às necessidades dos seus usuários?

O presente trabalho pretende estudar e propor critérios para desenvolvimento da coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal. São levantadas, na literatura, diversas maneiras de realizar esse desenvolvimento e, com base nesses estudos, em observação local, em conversas com servidores e em documentos internos da instituição estudada, são propostos critérios para desenvolver a coleção de periódicos dessa biblioteca.

O desenvolvimento do acervo passa pela seleção de itens e esse é um processo de triagem com carga subjetiva. Conforme SOUZA (2009), as duas soluções para eliminar a subjetividade são a aquisição de todas as publicações ou a elaboração de critérios. Sem dúvida, a elaboração de critérios

é a mais sensata. Serve, também, como instrumento para garantir um processo mais científico e isento da influência do profissional responsável pelo serviço.

## 1.2 Caracterização da Instituição

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) representa o Poder Legislativo local do Distrito Federal e está entre as mais novas casas legislativas do Brasil, instalada em janeiro de 1991, após longo tempo de espera e luta pela autonomia política do DF. Vinte e quatro deputados distritais eleitos para o mandato de quatro anos representam a população do DF. “É uma instituição democrática, plural e representativa da sociedade do DF”, segundo Portaria do Gabinete da Mesa Diretora com os objetivos para o exercício de 2011 (BRASIL, 2010).

No histórico da Câmara Legislativa do DF, em seu próprio portal<sup>1</sup>, a função do Legislativo “é transformar as aspirações do povo de Brasília em normas que regulem as relações dos cidadãos entre si e com os poderes constituídos”. A estrutura administrativa foi organizada de forma a dar o suporte necessário ao processo legislativo pelo qual a legislação distrital passa.

A Casa possui, aproximadamente, dois mil e cem servidores, entre assessores políticos e técnicos. Atualmente, encontra-se localizada em sua nova sede, entre o Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, à Praça Municipal, quadra 2 lote 5, 3. Andar, Setor de Indústrias Gráficas, Brasília - DF.

Conforme a já citada Portaria do Gabinete da Mesa Diretora, os objetivos gerais da CLDF para 2011 são:

...preservar a função precípua do Poder Legislativo de exercer suas prerrogativas legais e institucionais de representar o cidadão, legislar e exercer a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

...prestar um bom serviço ao cidadão brasileiro e ser um permanente fórum público de debates, recepção e processamento

---

<sup>1</sup>Portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal: [www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br)

das demandas sociais e de defesa dos legítimos interesses da população.

Fortalecer a vocação intrínseca da CLDF de acompanhar e avaliar as políticas formuladas e executadas pelo governo...

As bibliotecas hoje em dia não seguem mais o modelo antigo de guarda de todo documento produzido; passaram para o modelo especializado. As bibliotecas especializadas, como é o caso da Biblioteca da CLDF, não têm a obrigação de abranger todos os temas ou todos os públicos. Elas procuram focar o acervo num núcleo temático principal e abordar não profundamente as áreas temáticas periféricas, ou complementares, vide Abrangência Temática da Biblioteca da CLDF (Anexo 1).

A Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal é representada no organograma (Anexo 2) como Setor de Biblioteca. Ela está subordinada diretamente à Divisão de Informação e Documentação Legislativa, que, por sua vez, é ligada à Diretoria Legislativa, a qual responde diante da Terceira Secretaria.

Desde que a Casa foi criada, a Biblioteca esteve localizada no Setor de Pesquisa e Recuperação da Informação (SPRI) e contava com parte de seus serviços em um outro setor chamado Setor de Documentação Legislativa (SDL). Hoje leva o nome de Setor de Biblioteca (SBIB), conforme organograma da Estrutura do Setor de Biblioteca<sup>2</sup> (Anexo 3). Ela conta com os Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU), de Processos Técnicos (SPT), de Aquisição (SAQ), atualmente sem pessoal, e de Indexação Legislativa e Gerenciamento de Sistemas (SIL).

A Biblioteca tem foco de abrangência temática nas áreas do Direito (em seus diversos ramos), processo legislativo, política e governo, administração pública, políticas públicas, economia, orçamento e finanças, fiscalização e controle, infraestrutura, segurança pública e ciência e tecnologia, entre outras áreas temáticas periféricas principalmente das Ciências Sociais.

---

<sup>2</sup> Documento interno baseado na Resolução 219/2005

Esse escopo<sup>3</sup> tem como principal objetivo “dar suporte ao processo legislativo e às atividades técnico-administrativas da Casa”, como consta em sua Política de Avaliação e Desenvolvimento da Coleção Bibliográfica (Brasil, 2005).

Seu público alvo é formado pelos Deputados Distritais e assessores, os quais, em tese, consultam o acervo para fundamentar a elaboração de proposições legislativas. A Biblioteca atende aos demais servidores da CLDF, a órgãos públicos e a outras instituições, além da comunidade em geral, como estudantes, advogados e pessoas do povo que a procuram.

O acervo reúne mais de dez mil títulos de livros, mapas, folhetos, multimeios, coleção do Escritor Brasiliense e Clube do Livro. Inclui, ainda, coleção de periódicos (revistas e jornais), entre eles o Diário Oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal (DCL) e o Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

Hoje, especificamente a coleção de periódicos, conta com 221 títulos todos em português, armazenados em ordem alfabética nas estantes. Duzentos e um títulos em papel e 20 títulos em CD-ROM. Há títulos adquiridos por compra, recebidos por doação de editores e até provenientes de outras bibliotecas que ajudaram na composição inicial do acervo da Biblioteca da CLDF. Algumas assinaturas estão correntes, ou suspensas pelas editoras, ou interrompidas pela biblioteca. Existem, ainda, outras descontinuadas e com paradeiro desconhecido. Há periódicos que alteraram seu título. Também, incluídos nesse número, estão títulos que ainda não foram registrados no sistema, principalmente produção descontinuada de periódicos produzidos na Casa, conforme observação de registros e do acervo.

Ao contrário do que ocorre em muitas bibliotecas de órgãos públicos, os periódicos da Biblioteca da CLDF não são considerados bens de patrimônio. Isso pode ser contado como um ponto positivo, pois, no momento de desbaste da coleção, os fascículos não necessitam de autorização de outro órgão da

---

<sup>3</sup> Escopo é a abrangência temática coberta.

instituição, normalmente do Setor de Patrimônio, para liberação e saída da parte desbastada do acervo da biblioteca.

Muitas bibliotecas congêneres trabalham em rede. Dessa forma, também podem especializar seus serviços e produtos e racionalizar esforços e recursos com o compartilhamento da realização de atividades referentes ao processamento técnico dos documentos (como catalogação, indexação, entre outras) bem como o empréstimo de obras entre acervos.

As redes integradas de bibliotecas surgiram com a finalidade de trabalhar de forma cooperativa e atender melhor a um número maior de usuários.

O acervo da Biblioteca da Câmara Legislativa está integrado à Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional (RVBI)<sup>4</sup>, a qual possui milhares de registros de diversos tipos de documentos de quinze bibliotecas de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federal e do Distrito Federal. A base de dados bibliográfica da RVBI elabora a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), que tem como prioridade temática o Direito, especificamente doutrina. A Rede abrange, também, outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, conforme histórico da Rede RVBI destacado no site.

As bibliotecas da RVBI participam com importante trabalho na disseminação da informação jurídica, pois muitas delas, e em particular a da Câmara Legislativa, fazem a indexação de artigos de periódicos de seu próprio acervo e disponibilizam para consulta. Muitos dos títulos desses periódicos estão disponíveis em papel e outros coexistem também em formato digital.

A indexação, basicamente, consiste na leitura, pelo profissional bibliotecário, e posterior análise e escolha de termos descritores em vocabulário controlado (lista controlada de palavras-chaves). Outros dados considerados importantes para representar o documento também são incluídos em ficha virtual preenchida *on-line* e disponibilizada na Internet para consulta.

---

<sup>4</sup>Em: [www.senado.gov.br/Senado/Biblioteca/rvbi/rvbi.asp](http://www.senado.gov.br/Senado/Biblioteca/rvbi/rvbi.asp)

Por participar da RVBI, o acervo da Biblioteca da CLDF desfruta da vantagem, como as demais dessa Rede, de colecionar títulos de periódicos, cujos artigos não são indexados por ela mesma, e, sim, por outra Biblioteca. O trabalho de indexação cooperativa produzido pelas bibliotecas participantes reverte em benefício para os usuários de todas, pois é sempre maior o número de periódicos indexados presentes no acervo de cada biblioteca, do que o número de periódicos indexados por cada uma em particular. Segundo estatística da RVBI (BRASIL, 2009), a Biblioteca da Câmara Legislativa indexava sete títulos e possuía 72 títulos indexados em seu acervo, consequência da indexação cooperativa.

A informação jurídica é o tema principal presente no acervo de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa.

## **2 Referencial Teórico**

Informação jurídica compreende a “originada fundamentalmente por (...) Legislação, Doutrina e Jurisprudência” (PASSOS, 2004). Por legislação, pode-se nominar o conjunto de normas que regulam a convivência social. A doutrina é formada por princípios já publicados em obras de direito por competentes juristas, que firmam teorias e interpretações sobre a ciência jurídica. Enquanto a jurisprudência é a interpretação doutra da aplicação das leis submetidas a casos concretos em julgamentos com sentenças no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas nos Tribunais.

Uma coleção de periódicos caracteriza-se por ser uma coletânea com publicações seriadas, geralmente monotemáticas, adquiridas por um certo período de tempo e recebida em fascículos, dentro de uma regularidade pré-estabelecida pelo editor. A frequência, que às vezes sofre alterações no decorrer de um longo período de existência do periódico, pode ser diária, semanal, quinzenal, mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual, bienal ou outra. Ou, pode até ser uma publicação seriada com periodicidade completamente irregular.

Conforme a definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), uma publicação periódica, ou seriada, é formada de fascículos com números ou partes e editados a intervalos pré-fixados, por tempo indeterminado, com a colaboração de diversos autores, sob a direção de uma ou mais pessoas, em conjunto ou sucessivamente, e trata de assuntos variados, seguindo um plano definido (BRAGA; OBERHOFER, 1983).

Os periódicos, ou materiais correntes, surgiram com as publicações científicas no século XVII (WETZEL, 2002) para suprir a necessidade dos pesquisadores de trabalharem com o conhecimento produzido no mundo sobre determinado tema, mas disperso por vários lugares.

A aquisição de um título se inicia com a assinatura, que pode ocorrer através da compra ou da doação. A biblioteca pode, também, receber, como doação, uma coleção já iniciada por outra biblioteca e incorporá-la ao seu acervo.

A coleção de periódicos de uma biblioteca conta com diversos títulos, dos quais se espera o contínuo crescimento. Se esses periódicos estiverem no suporte papel, como ainda ocorre em muitas bibliotecas, inclusive na maioria dos títulos de periódicos da Biblioteca da CLDF, o espaço nas estantes tende a se tornar competitivo com o dos outros tipos de publicações, surgindo, assim, um problema a ser resolvido.

Englenfield, citado por SOUZA (2009), diz que livros geralmente têm conteúdos menos atuais que periódicos. Esse autor também sugere que o acervo de livros em bibliotecas legislativas deve ser entre 20 e 25 % do total do acervo.

Citada por LIMA (1984), a regra do 80:20 diz que oitenta por cento da demanda de periódicos por usuários podem ser satisfeitas com um núcleo de apenas vinte por cento dos títulos mantidos pela biblioteca. Segundo a mesma autora, “cada bibliotecário...deve manter uma coleção com o núcleo de maior demanda e articular seus serviços com redes...para atender as demais necessidades”. E ainda conclui que são de importância transcendental as atividades de seleção, para desenvolver racionalmente a coleção, e a atividade

de avaliação contínua dos produtos e serviços, a fim de obter o máximo rendimento com os menores custos para a instituição.

O desenvolvimento de coleções, citando ALONSO (1988), da mesma forma que para LIMA (1984), está relacionado com o planejamento, a seleção, a avaliação e o descarte de obras.

VEGUEIRO (1993) comenta que a discussão sobre avaliação de coleções se intensificou com crescimento da literatura especializada, ou com a chamada explosão da informação prevista (na década de 1950) por Solla Price, a partir do crescimento das ciências. Não há dúvidas de que daí em diante o controle do crescimento do acervo se fez necessário para evitar redundâncias supérfluas e inchaços indesejáveis. Valdomiro Vergueiro, no mesmo artigo, afirma que, no Brasil, o desenvolvimento de coleções não foi encarado com a necessária seriedade, acarretando num crescimento aleatório das coleções.

Conforme FIGUEIREDO (1993), toda avaliação de coleção de qualquer tipo de material de acervo de biblioteca deve considerar os objetivos e as metas propostas pela biblioteca que, em um plano mais amplo, devem fazer parte da missão da biblioteca e, conseqüentemente, da missão da instituição à qual a biblioteca pertence, bem como de rede cooperativa da qual faça parte. A missão deve nortear todos os processos.

Antes de qualquer obra sair, ou ser descartada de um acervo, ela entra ou é recebida para análise. Neste momento, a existência de um instrumento de seleção para incorporação ou para descarte de obras do acervo é essencial. A ferramenta comumente utilizada por bibliotecários encarregados da seleção bibliográfica é a política de avaliação e desenvolvimento de coleções.

Uma política de desenvolvimento de coleções em uma biblioteca tem a função de “delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão” (LIMA, 1984) quanto à composição do acervo. E dela fazem parte instruções para a realização das atividades de seleção e descarte com critérios como abrangência temática, quantidade de exemplares, níveis das coleções, e outros. Essa política é um

documento formal e serve como fundamentação oficial para a tomada de decisão, quanto à permanência ou não de qualquer tipo de obra no acervo. A política, para ser útil, deve ser revista.

O professor Valdomiro Vergueiro (VERGUEIRO, 1997) afirma que, há uma grande diferença quanto à seleção de uma publicação periódica e a de um livro “Na primeira estabelece-se um compromisso com a continuidade” e quanto ao livro, não. Os periódicos têm sua permanência questionada sempre no período da renovação de assinatura: continuar ou encerrar? Corre-se o risco de perder uma assinatura por falta de análise e, por outro lado, de renovar a assinatura por inércia no vício do ato repetido já por tantos anos. Dois extremos a serem considerados pela pessoa responsável pela gestão de periódicos de uma biblioteca.

Desbastamento, segundo SAGÁS et al. (2004), é o termo utilizado para designar o processo de retirada de títulos do acervo, ou de partes da coleção para obtenção de mais espaço físico para a coleção em uso e para manter a qualidade do acervo. O material retirado, resultante do desbaste pode ser remanejado para outro local ou descartado.

O remanejamento é a disposição do material retirado em outro local para armazenamento e acesso.

O descarte, ou seleção negativa, pode resultar na doação dos itens descartados para outra biblioteca que se interesse pelo material, ou para venda, ou simplesmente para eliminação, tendo como o destino a reciclagem do papel.

O mesmo autor afirma que a formalização de critérios técnicos possibilita o crescimento da coleção de forma mais racional, consistente e de acordo com os interesses e necessidades da instituição e dos usuários, facilitando o acesso, a recuperação e a disseminação da informação. Uma biblioteca especializada corrobora com esse conceito, pois apesar de pretender o acesso a todos os tipos de materiais de uma determinada área do conhecimento, procura contar com um acervo mais enxuto e coerente com os objetivos da instituição à qual está ligada.

Os custos com a manutenção de periódicos são altos com relação à renovação de assinaturas, ao espaço físico disponível para o armazenamento adequado dos fascículos, à limpeza, à conservação em bom estado de uso do material, à indexação dos artigos ou à permanência de índices em papel para acesso ao conteúdo.

Os periódicos em formato digital precisam, da mesma forma, ser processados, identificados com metadados<sup>5</sup> para servir de fonte de acesso ao conteúdo. Tudo isso demanda custo de tempo, de planejamento, de profissionais capacitados, de espaço, equipamentos adequados, enfim de investimentos em recursos.

Parte essencial de todo processo e fundamental para o desenvolvimento da coleção de periódicos é a avaliação. Alguns títulos, apesar de cobrirem o escopo perseguido pela biblioteca, podem estar desatualizados, sem uso, incompletos, com assinatura interrompida pela biblioteca, ou suspensos pelo editor e cada caso necessita de análise para avaliação.

Como a palavra dá a entender, avaliação é um processo de valoração e contém em si uma carga de subjetividade. Esse processo deve se iniciar quando da seleção de obras candidatas a fazerem parte do acervo. Toda biblioteca deveria ter uma política de seleção, avaliação e desenvolvimento de coleções para servir como instrumento de apoio na tomada dessas decisões.

Toda avaliação de coleção de biblioteca, citando FIGUEIREDO (1979), é “uma avaliação de seus métodos de seleção“, os quais estão presentes no momento em que a obra ingressa no acervo, bem como quando é questionada a sua permanência na estante. No gerenciamento de acervos bibliográficos, a avaliação consiste numa atividade técnica intelectual que inclui a escolha, a manutenção e o descarte de publicações.

A realização de qualquer avaliação de coleção de biblioteca, porém, deve ser precedida de considerações quanto aos objetivos, à razão de ser do órgão, às metas da organização maior mantenedora, da qual a biblioteca faz

---

<sup>5</sup>Metadado, conforme FEITOSA (2006) é uma descrição da informação que os dados representam, uma transcendência sobre a informação, é um dado sobre dado, enfim, sobre o conhecimento.

parte, para melhor entender o contexto e o universo das relações dessa instituição com outras, e também as demandas por informação vindas de seus usuários.

A demanda por informação em uma biblioteca jurídica tem como típicos usuários os legisladores e seus assessores, professores e alunos do curso de Direito, juristas, juízes, servidores interessados em sanar dúvidas com relação ao Direito em seu dia a dia de trabalho, bem como cidadãos comuns em busca de compreender melhor os meandros do Direito em relação a seus direitos e deveres diante da lei.

O bibliotecário, ou a equipe técnica de profissionais da biblioteca, segundo VERGUEIRO (1989), precisa se preocupar com o desenvolvimento do acervo de forma equilibrada quanto à cobertura temática das coleções para bem atender aos usuários. Essa equipe deve apresentar grande capacidade de análise da informação para selecionar as mais relevantes e pertinentes para os usuários, lembra a professora Simone Wetzel (WETZEL, 2002).

A atividade avaliadora em acervos de biblioteca tem como finalidades, conforme LANCASTER (2004): “estabelecer uma espécie de ‘escala’ para mostrar em que nível” está a coleção; pode servir para comparar acervos de bibliotecas; é útil para justificar a existência ou permanência de coleções no acervo, refletindo os benefícios e os custos; e serve para identificar possíveis causas de não atendimento das expectativas dos usuários. Toda avaliação deve estar voltada para a melhoria do desempenho dos serviços, para o uso mais satisfatório da coleção e para o desenvolvimento contínuo desta.

Há muitos tipos de critérios para desenvolvimento de coleções propostos na literatura. Braga (1983) lista sete critérios para avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros: normalização, duração, periodicidade, indexação, disseminação, colaboração e divisão de conteúdo, e autoridade. Para cada um desses critérios corresponde um conjunto de variáveis, as quais devem preencher determinadas condições para obter um

número de pontos, que, por sua vez, expressam, em escala de 1 a 5, o valor que essas condições representam no contexto da avaliação do periódico.

Vergueiro (1997) também cita os seguintes critérios: necessidade do usuário; espaço versus custo da aquisição da assinatura; assinatura versus a comutação de artigos entre bibliotecas; existência, no corpo de produção do periódico, de um comitê editorial ou articulistas com autoridade e reputação para tratar do tema; presença dos artigos indexados em bases de dados; presença de resumos em língua acessível aos usuários para os periódicos em idioma estrangeiro.

A avaliação de coleções proposta em Subsídios para o Estabelecimento de Política de Desenvolvimento de Acervos para Bibliotecas do SIBi/USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1998) recomenda avaliação anual de partes do acervo e avaliação global a cada cinco anos. A coleção “deverá ser avaliada periodicamente, detectando lacunas, possibilidades de substituição, duplicações, obsolescência, etc” a fim de manter a atualidade e o equilíbrio do acervo, tendo em vista as necessidades de quem faz uso dele. Apresenta como critérios básicos para seleção de periódicos: qualidade do conteúdo; autoridade do autor ou corpo editorial; demanda; acessibilidade da língua; custo justificável; atualidade da obra; conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes; disponibilidade em outras bibliotecas; valor efêmero ou permanente; quantidade de exemplares necessários; áreas de abrangência do título; e qualidade visual e auditiva de materiais especiais.

Os critérios apresentados por ANDRADE, et al., (1996), a serem utilizados tanto no momento da incorporação ao acervo como na renovação ou no descarte de coleções, são: uso da coleção, opinião dos usuários e custo.

Lancaster (2004) diz: “não é possível avaliar um acervo de forma isolada, mas somente em função de sua utilidade para os usuários da biblioteca”. Destaca que, ao se avaliar um acervo, procura-se identificar o que a biblioteca deveria possuir e não tem, bem como os itens que ela tem e não precisaria ter. Segue explanando que os métodos utilizados no passado

classificam os métodos de avaliação de periódicos em: 1- mediante dados de uso real coletados na biblioteca; 2- mediante dados de uso que já tenham sido coletados por outra biblioteca; 3- mediante opiniões de especialistas na área; 4- mediante citações, ou seja, pelo número de vezes que o periódico é citado em outros trabalhos. Esse índice de citações, conforme o mesmo autor, é publicado pelo *Journal Citations Report (JCR)* editado pelo Institute of Scientific Information, que classifica periódicos em diversos campos; 5- mediante o fator impacto, medida de citações divulgada pelo mesmo jornal que relaciona o número de citações recebidas por determinado periódico com o número total de artigos publicados por esse periódico (uma citação de uso relativo) – quanto maior for o número de citações recebidas em dois anos por um artigo publicado, maior é o fator de impacto; 6- mediante o custo-eficácia, que é a relação de custo mais baixo de assinatura com maior uso; e 7- mediante o número de artigos publicados num periódico sobre uma determinada especialidade.

Esses critérios, no entanto, são mais úteis para observar os títulos de periódicos que devem ser adquiridos ou mantidos do que para eliminar títulos de um acervo, corroborando com o que diz o citado autor.

A professora Suzana Müller (1991) propõe a elaboração de lista básica de títulos de periódicos para orientar a formação de coleções seriadas. Essa listagem deve identificar os itens mais importantes sobre um tema e relacioná-lo por critérios ou grupo de critérios pré-estabelecidos que representem a essência do que existe sobre o assunto. Mas Müller mesma registra que os interesses que motivam a elaboração da lista mudam muito rapidamente, tornando a lista obsoleta em um curto espaço de tempo e forçando uma constante adequação aos interesses da administração do acervo, o que se mostraria uma medida desaconselhável.

As professoras Ivone e Yara (CHIARA; PRAZERES, 1992) avaliaram a coleção de periódicos em Ciências Sociais, correntes, adquiridos por compra pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina. Usaram estatísticas de uso (frequência de circulação interna e externa), entrevistas e valor da renovação das assinaturas dos periódicos. Elas avaliaram a coleção

quanto ao custo e frequência de uso, dividindo o custo anual do periódico pelo somatório do uso no mesmo período, para encontrar o custo por unidade de uso do periódico, conforme a fórmula:

$$CUU = CA / \sum UP$$

**CUU- custo por unidade de uso**

**CA- custo anual em US\$**

**UP- uso do periódico**

A Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados, possui uma Política de Desenvolvimento de Coleções implantada em 2002, segundo SOUZA (2009). A aquisição ou não de um título de qualquer material passa prioritariamente pelo critério assunto. Dois núcleos de assunto cobrem o acervo: o básico, com áreas do Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública; e o complementar, cujos assuntos são políticas sociais, educação, relações exteriores, defesa nacional, infraestrutura, história, geografia, língua e literatura, biografia, artes e ciência da informação. Uma Comissão de Seleção, com base nesse instrumento, decide sobre a entrada e a saída de itens do acervo.

Alguns critérios foram estabelecidos pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, para análise de títulos de periódicos a serem incorporados (ou não) em seu acervo (CRITÉRIOS, 2009). Não são indexados: títulos de tribunais e procuradorias estaduais, exceto do DF; títulos de faculdades particulares; fascículos anteriores a dois anos; títulos com dois anos de estatística zero na biblioteca. São mantidos títulos que se enquadram nas categorias anteriores, mas: cujos assuntos têm poucos títulos indexados no acervo; quando a revista e os artigos são de qualidade; aqueles cujos autores são renomados; aqueles cujos autores têm mestrado e doutorado; os com recebimento regular de fascículos nos últimos cinco anos; os que receberam

classificação 'A' no Programa Qualis<sup>6</sup> da Capes<sup>7</sup>; os títulos presentes na estatística de uso da biblioteca em dois anos anteriores; e aqueles com editor de bom conceito. Decidiu-se por não selecionar para ingresso artigos de alunos de graduação ou mestrado; títulos de faculdades particulares, exceto quando não há mais outro título do mesmo estado ou se a obra valer muito a pena. Títulos de procuradorias, ministérios públicos e tribunais estaduais devem ser repassados a outras bibliotecas da rede.

Para a Biblioteca da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), especializada em telecomunicações, com abordagem também nas áreas de informática, direito, administração e economia, a avaliação de coleções do acervo deve ocorrer anualmente por ocasião do inventário, com base nos seguintes critérios: 1- critérios de uso (verifica-se a estatística do uso e empréstimo); 2- o valor e a qualidade (o mesmo critério utilizado na seleção para a aquisição, como qualidade do material, legibilidade, resistência, temática); 3- controle de circulação (análise das estatísticas de obras apenas consultadas no espaço da biblioteca e de obras fotocopiadas); 4- duplicação indesejável (exemplares duplicados e pouco utilizados); e 5- periódicos de divulgação geral permanecem apenas com os dois últimos anos no acervo e os científicos por apenas quatro anos. A avaliação empírica dos bibliotecários de referência também é considerada importante. São eles os profissionais que recebem as demandas e, assim, desenvolvem um *feeling* sobre o comportamento de busca de informação no acervo da biblioteca pelos usuários.

Tal como a publicação em papel, a publicação eletrônica, segundo FERREIRA (2009) apud OLIVEIRA (2008), também tem a intenção de ser publicada indefinidamente. Já amplamente divulgados e acessíveis por diversos usuários, os periódicos nesse formato também devem ser considerados. Para tal, deve-se avaliar a qualidade dos trabalhos publicados aceitos internacionalmente e expostos em texto integral do artigo por acesso

---

<sup>6</sup>Qualis é um programa de avaliação do grau de circulação e qualidade dos periódicos, no qual são incluídos somente periódicos que publicam trabalhos de docentes e discentes dos programas de Pós-Graduação avaliados pela Capes.

<sup>7</sup>CAPEs - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

*on-line*, apresentando ou não uma versão impressa ou em outro suporte. E são estes alguns critérios a serem observados quanto aos periódicos eletrônicos, recorrendo novamente à contribuição de FERREIRA (2009):

<b>Critérios para periódicos eletrônicos</b>	
1	Endereço do sítio completo: URL e/ou <i>e-mail</i> presente na publicação, para identificação;
2	ISSN: <i>International Standard Serial Number</i> , ou número internacional normalizado para publicações seriadas;
3	legenda bibliográfica: identificação da publicação no todo (título, local de publicação, número do volume, fascículo, página inicial e final), presente nas páginas do artigo e nos arquivos de impressão;
4	qualificação do corpo editorial: identificação dos responsáveis pelo periódico, sua filiação institucional e sua qualificação (Doutor, Mestre, Pós-graduando, Bacharel ou Graduando);
5	normas e exemplos de referências bibliográficas: de acordo com ABNT, ISO, etc.;
6	normas e exemplos de <i>links</i> : instrução sobre marcação de termos e endereços eletrônicos no texto;
7	formatos e tamanhos de arquivos eletrônicos: tipos de extensão, limites de tamanho;
8	padronização de fontes e softwares: tipo e tamanho dos caracteres, parágrafos, formatação;
9	modo de envio dos trabalhos: correio tradicional, <i>e-mail</i> , FTP, etc.;
10	sumário: lista sequencial dos artigos do fascículo;
11	resumo: apresentação concisa do conteúdo do artigo;
12	texto completo;
13	resumos só no idioma do texto;

14	resumos bilíngues;
15	descritores: palavras-chave que representam o conteúdo do artigo;
16	período disponível: data de início de publicação, e de final quando não for corrente;
17	periodicidade: intervalos de publicação (regulares, irregulares, fluxo contínuo);
18	indexação em bases de dados nacionais ou internacionais: inclusão de sumário, resumo, palavras-chave e/ou texto completo na RVBI (Periódicos) do Senado Federal, Biblioteca Virtual do Senado, e outros serviços de indexação;
19	sistema de busca: pesquisa de informações no site, de forma aleatória, campos definidos, busca simultânea em todos os fascículos, hipertexto e metadados;
20	usabilidade do sistema: eficiência e aceitação pelo usuário, através de interface amigável, fácil navegação, ajuda, acessibilidade; e
21	formato de documentos: HTML, PDF, DOC, ZIP.

Critérios para periódicos eletrônicos. FERREIRA (2009) apud OLIVEIRA (2008)

### 3. Situação Problema

Com quase vinte anos de atendimento, a Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal teve seu acervo brevemente avaliado, quando da realização de inventários nem sempre anuais. Observou-se que, no momento da avaliação, a coleção de livros foi sempre mais privilegiada. A coleção de periódicos passou por raras avaliações baseadas praticamente no uso.

De acordo com observações e conversas, soube-se que profissionais que passaram pela Biblioteca, e trabalharam ou não com este serviço de periódicos, opinaram com base em parâmetros diferentes sobre o desenvolvimento dessa coleção. Tal comportamento pode causar discrepâncias na composição de qualquer acervo. Faz-se necessária, portanto, uma revisão geral de cada título da coleção de periódicos dessa Biblioteca.

Depois da elaboração da Política de Avaliação e Desenvolvimento da Coleção Bibliográfica (Brasil, 2005), foi utilizada a abrangência temática como documento oficial para a tomada de decisão quanto à aquisição e ao desbaste dessa coleção.

Nota-se, ao conhecer o acervo, que alguns títulos de periódicos encontram-se descontinuados e muitos não são mais consultados, conforme estatísticas de uso. Os fascículos desses títulos ocupam espaço que poderia ser utilizado para o desenvolvimento de outros títulos da coleção.

Com que critérios técnicos, então, a Biblioteca poderia contar para aperfeiçoar o desenvolvimento de forma equilibrada da coleção de periódicos? Quais critérios poderiam dar segurança na tomada de decisão quanto ao ingresso, permanência ou descarte de obras, com respaldo oficial, independentemente do profissional que trabalhe nesse serviço da Biblioteca?

## **4 Objetivos**

### **4.1 Objetivo Geral**

Propor critérios técnicos para desenvolver de forma equilibrada a coleção de periódicos da Biblioteca da CLDF.

### **4.2. Objetivos Específicos**

**4.2.1** Identificar, na literatura, técnicas, parâmetros ou critérios técnicos para desenvolvimento de coleção de periódicos em bibliotecas.

**4.2.2** Conhecer, a partir de documentos, como é realizado o desenvolvimento da coleção de periódicos em bibliotecas de outras instituições.

**4.2.3** Identificar os problemas causados em virtude da falta de critérios técnicos para o desenvolvimento da coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**4.2.4.** Propor critérios técnicos para o desenvolvimento racional da coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa do DF.

## **5 Justificativa**

Este trabalho de pesquisa é de relevante importância. A implantação de critérios para o desenvolvimento racional dessa coleção pretende contribuir com a qualidade do conteúdo da coleção de periódicos oferecida aos usuários da Biblioteca da CLDF. Poderá estimular o aumento do uso da coleção com a leitura dos artigos; contribuirá, também, com a melhor utilização do espaço físico para armazenar o acervo de forma adequada; poderá corroborar com a gestão ética dos recursos públicos - tema constantemente perseguido pelos administradores interessados na aplicação correta de bens de instituições públicas.

Também poderá contribuir como uma forma de marketing institucional para recuperar a desgastada imagem e o prestígio desta Casa legislativa diante da sociedade.

## **6 Metodologia**

O fundamento teórico para a realização deste trabalho será baseado em: observações no acervo da Biblioteca da Câmara Legislativa, especificamente a coleção de periódicos; estatísticas de uso dessa coleção como resultado do atendimento aos usuários, tanto em consultas simples, como em cópias de artigos ; e análise de documentos internos da Biblioteca relacionados à gestão da coleção de periódicos. Serão feitas pesquisas no

Sistema Aleph para levantamento de dados do acervo. Conversas com a chefia e com servidores da Biblioteca também serão consideradas para esclarecimento de dúvidas.

Serão pesquisadas fontes na literatura formal, inclusive na Internet, a fim de buscar relatos de autores e experiências de outras bibliotecas para identificar como estas desenvolvem e realizam a avaliação da coleção de periódicos.

## **6.1 Classificação da Pesquisa**

Tendo em vista a classificação de pesquisa proposta por VERGARA (2010), quanto aos fins, esta pesquisa é aplicada e intervencionista. É aplicada porque sua motivação explorou a solução de um problema real específico do interesse da instituição em foco – a falta de critérios técnicos para o desenvolvimento racional da coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa do DF. É uma pesquisa intervencionista, pois propõe interferir na realidade estudada para provocar uma mudança efetiva na situação problema identificada, dinamizando o uso dessa coleção.

A mesma autora lista dez tipos de pesquisa quanto aos meios de investigação, dos quais três enquadram-se na metodologia a ser seguida por esta monografia: documental, bibliográfica e estudo de caso. A investigação documental será realizada em documentos próprios produzidos pela Biblioteca, pela Câmara Legislativa do DF e por outras bibliotecas de órgãos públicos. A segunda forma de investigação será a bibliográfica. Ela usará o estudo sistematizado em material de livre acesso publicado em livros, em artigos e em redes eletrônicas. E o terceiro tipo de pesquisa é a investigação de estudo de caso, que está circunscrita a uma instituição – a Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Pode ser considerada, segundo ALVARENGA (2003), uma pesquisa descritiva, pois expôs características sobre determinado objeto de estudo.

Os instrumentos de coleta de dados foram basicamente: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo *in loco* para observação do acervo, análise de documentos e estatísticas produzidos pelo Setor, pesquisa no Sistema Aleph, e conversas com o chefe e servidores da Biblioteca da Câmara Legislativa.

## **7 Análise**

A coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal conta hoje, conforme pesquisa realizada no Sistema Aleph, utilizado pela Biblioteca, com 193 títulos, sendo 40 títulos correntes, isto é, que tiveram assinatura renovada para o exercício de 2010.

Foram verificadas as estatísticas de uso da coleção de periódicos. Há estatística de recolhimento de fascículos consultados pelos usuários no acervo e estatística de artigos fotocopiados das coleções (serviço acessível a todos os usuários, inclusive com envio opcional de arquivo de cópias dos artigos escaneados via *e-mail*).

Essa estatística foi escolhida para análise por representar uma quantidade mais fidedigna quanto ao uso. Apesar de a rotina de coleta dos dados da estatística de fotocópias ser feita diariamente com rigor quantitativo, não foi constatada uniformidade quanto à atualização dos títulos listados. Isto é, alguns periódicos que tiveram alteração do título foram contados como outro título diferente de periódico, sendo que deveriam ser contados título já listado. Essa falta de homogeneidade na coleta acarretou inconsistência dos dados desta estatística. Em decorrência, esta estatística não foi considerada para fins da realização deste trabalho.

A Biblioteca da Câmara Legislativa, como já citado, possui uma política de desenvolvimento de coleções, mas esta ainda merece conter mais elementos que atendam melhor à coleção de periódicos. Como consequência, reflete um acervo com problemas como títulos que ainda conservam número de válido de tombamento junto ao Setor de Patrimônio e necessitam de baixa.

De acordo com observações, os critérios até aqui utilizados pela biblioteca da CLDF no momento da decisão quanto ao ingresso e quanto ao descarte de títulos de periódicos do acervo são o tema do conteúdo, a disponibilidade financeira e o uso.

Profissionais que passaram pela Biblioteca e trabalharam ou não com este serviço de periódicos decidiram com base em parâmetros diferentes sobre o desenvolvimento dessa coleção, causando problemas na composição do acervo. Seria muito útil uma revisão de cada título.

Alguns títulos encontram-se desatualizados e outros são pouco explorados. Mantém-se o armazenamento de obras de caráter efêmero com dados de desatualização rápida, como tabelas de tributos e índices, pois foram comprados para utilização por outros setores da Casa e, depois de algum tempo, foram devolvidos à Biblioteca.

Na antiga sede, todo o acervo era acomodado sem condição de se deixar o espaçamento recomendado entre as obras. A Biblioteca da CLDF mudou este ano para o terceiro piso do novo edifício sede. Hoje, conta com 279,62 m<sup>2</sup> de espaço físico; apenas 63,62 m<sup>2</sup> a mais em relação ao espaço utilizado anteriormente. Também utiliza, atualmente, estantes deslizantes, o que torna o espaço mais bem aproveitado. Contudo, não se devem desprezar os sinais de alerta detectados na antiga sede para não repeti-los.

Conforme conversa com o chefe da Biblioteca, é nítida a necessidade de rever a coleção como um todo, porque todos os fascículos não cabem no novo espaço. Apesar de um pequeno aumento do espaço físico e do uso das estantes deslizantes, observa-se, ainda, um déficit de lugar para armazenamento, especialmente, dos títulos de periódicos.

A falta do espaço adequado para armazenar corretamente toda coleção de periódicos nas instalações da nova sede acarreta no acúmulo de caixas com fascículos. A Biblioteca, contudo, não possui depósito para esse fim.

A estatística de cópias de artigos de periódicos (agosto de 2009 a agosto de 2010) relata que a coleção dos diários oficiais (DCL e DODF) é bem

utilizada. Interessante, é ressaltar que o Diário Oficial do Distrito Federal apresenta, livre para consulta na Internet, os fascículos do período de 2001 a 2010<sup>8</sup>. O Diário da Câmara Legislativa ainda não se encontra em versão eletrônica, mas há projeto para que também esteja em breve no formato eletrônico.

É notória a importância que tem a indexação de artigos de periódicos. Ela facilita a busca de informação, pois disponibiliza para o usuário, já na pesquisa, dados sobre o artigo em forma reduzida, porém compreensível para a tomada de decisão quanto à leitura do material no todo. Há, entretanto, na coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa, títulos que não são indexados, nem apresentam índices de assunto ou de autor, o que torna os artigos inacessíveis, “perdidos” no interior dos fascículos, enfim, invisíveis aos usuários.

No acervo de periódicos da Biblioteca da CLDF, há títulos que também são encontrados em outras bibliotecas da Rede RVBI. Os usuários da Biblioteca da CLDF podem, após pesquisa *on-line* ao acervo das Bibliotecas da Rede, solicitar cópias de artigos de periódicos a essas bibliotecas. Com base na possibilidade de intercâmbio, poder-se-ia pensar na interrupção da renovação da assinatura de alguns títulos que também fazem parte do acervo de outras bibliotecas. Mas, na prática, observa-se que os usuários têm necessidade de consultas frequentes para a realização de seus trabalhos técnicos. E, em virtude de alguns títulos terem sido solicitados pelos usuários da Casa, dada a real necessidade de utilizá-los, devido à importância do conteúdo para na realização dos trabalhos técnicos, a Biblioteca optou por dar continuidade a algumas dessas assinaturas.

Assim, a coleção de periódicos não poderá ser muito reduzida, retornando-se ao foco deste trabalho - propor critérios técnicos que proporcionem o desenvolvimento dessa coleção de forma mais enxuta e eficaz para suprir as necessidades dos usuários da Biblioteca da CLDF.

---

<sup>8</sup>[www.buriti.gov.br/index.htm](http://www.buriti.gov.br/index.htm)

Quando não há critérios bem definidos para a incorporação, permanência e descarte de títulos de periódicos da coleção de uma biblioteca, vários problemas podem existir e incomodar ou, até mesmo, passarem-se anos sem serem percebidos plenamente.

O desperdício com o mau uso de recursos físicos, materiais, financeiros, de manutenção e de pessoal, entre outros, reflete na qualidade dos serviços prestados, com possíveis causas de frustração no atendimento das necessidades e expectativas dos usuários.

Na Biblioteca da Câmara Legislativa, os problemas notados quanto à coleção de periódicos são, conforme observação e conversas com servidores: falta de espaço adequado para armazenamento de toda a coleção de periódicos. Deterioramento de fascículos, em virtude do mau acondicionamento, pois as obras não contam com um espaçamento adequado para a rotina de retirada de fascículos e retorno dos mesmos para o local de origem. Alguns títulos não são consultados há mais de cinco anos. Há periódicos comprados pela Biblioteca, a pedido de determinados setores da Casa. Permanecem por um tempo naqueles setores e depois são devolvidos à Biblioteca por serem de conteúdo efêmero e por terem perdido seu valor, ou por não serem mais do interesse dos setores que os solicitaram. O acúmulo desses títulos descontinuados, sem consulta, comprados ou recebidos como doação, de editores ou de instituições que ajudaram a compor inicialmente a Biblioteca da CLDF torna o acervo atual “sem oxigenação”, estagnado e impede o correto armazenamento de outros títulos em uso.

A Biblioteca dessa Casa Legislativa já prestou o serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI) para os gabinetes dos deputados e para assessores legislativos da Casa. O serviço constava, primeiramente, de entrevistas feitas por um profissional bibliotecário com cada um deles, a cada legislatura, para levantamento dos temas de interesse para os usuários, bem como do tipo de formato em que esses usuários desejavam receber a informação. Depois, os temas solicitados eram pesquisados em diversas fontes e enviado a continuamente aos solicitantes material referente aos assuntos, como livros, artigos, folhetos, referências bibliográficas, pesquisa na *Internet* e

em instituições públicas ou privadas. Este serviço típico de biblioteca especializada não é mais realizado pela Biblioteca da CLDF, pois não há mais profissionais bibliotecários disponíveis. Houve mais saída por aposentadoria e cessões a outros órgãos públicos, que ingresso de servidores em 2006 pelo concurso.

Muitos dos relatos encontrados na bibliografia levantada foram referentes a bibliotecas universitárias. Nelas, as avaliações de coleção de periódicos são diretamente relacionadas aos currículos seguidos pelas instituições de ensino às quais as bibliotecas estão ligadas.

Um tipo de avaliação frequentemente encontrado na literatura estudada foi a de periódicos científicos e técnicos de determinadas áreas, como ciências da saúde, psicologia e engenharia. Apesar de despertarem interesse, essas áreas não estão diretamente relacionadas a este trabalho.

A regra 80:20, citada por LIMA (1984), alerta para se observar a possível existência de um núcleo de títulos de periódicos com maior demanda pelos usuários da coleção. Isso deve despertar nos profissionais bibliotecários, que trabalham com o desenvolvimento da coleção de periódicos, um desejo de captar corretamente dados estatísticos referentes ao uso dessa coleção a fim de conhecer melhor o comportamento dos usuários na busca da informação e oferecer-lhes títulos que supram satisfatoriamente suas necessidades informacionais. Esses títulos podem fazer parte de um número menor de títulos de periódicos que se imagina

Conforme relato da bibliotecária Marta (ALONSO, 1988), a biblioteca da Câmara dos Deputados só passou pela primeira avaliação do acervo em 1986, depois de 120 anos de existência. Hoje as restrições quanto a espaço físico são mais demandadas dos gestores públicos. Não se deve esperar muito, mas, ao contrário, devem-se antecipar, com soluções racionais, as respostas para problemas quanto ao melhor aproveitamento de recursos.

Poucas bibliotecas apresentam uma política de desenvolvimento de coleções com critérios para seleção e descarte de títulos de periódicos. Os critérios identificados em algumas bibliotecas para avaliação da coleção de

periódicos corroboram com a constatação de VERGUEIRO (1993), quando diz que as bibliotecas brasileiras precisam se preocupar com o desenvolvimento do acervo para evitar um crescimento aleatório.

Independentemente do formato do suporte da informação, os critérios devem servir para atender a todos os tipos de coleções de periódicos. Não custa, porém, observar a proposta elaborada por Aline Ferreira (FERREIRA, 2009) especificamente para periódicos eletrônicos. Pois, da mesma forma como os tradicionalmente em papel, aqueles também ocupam espaço virtual e podem não estar atingindo os objetivos para os quais se propõem junto aos usuários da biblioteca que os adquiriu e os mantém.

Os sete critérios básicos de Braga (1983) ainda continuam válidos, pois, para se oferecer um coleção de periódicos de qualidade aos usuários, os títulos não deveriam perder, no decorrer de sua existência, características básicas como normatização, duração, periodicidade regular, indexação, disseminação, colaboração com divisão de conteúdo, e autoridade.

Dos critérios trazidos por Vergueiro (1997), destacam-se alguns, como: observar a necessidade do usuário, considerar o espaço versus o custo da aquisição da assinatura, ponderar a assinatura versus a comutação de artigos, observar se no corpo editorial do periódico há nomes de reputação para discorrer sobre os temas, a presença de artigos indexados por bases de dados e resumo em idioma acessível para periódicos em língua estrangeira.

Nos critérios sugeridos por VERGUEIRO (1997), destaca-se a necessidade de vincular o acervo às necessidades do usuário e ao custo da aquisição da assinatura. E, corroborando com esse autor, as professoras Ivone e Yara (CHIARA; PRAZERES, 1992) propõem uma fórmula para avaliar a coleção de periódicos quanto ao custo e à frequência de uso, dividindo-se o custo anual do periódico pelo somatório do uso no mesmo período. É uma fórmula interessante e fácil de usar, quando os dados estatísticos são corretamente coletados, o que não ocorre atualmente na Biblioteca foco deste trabalho.

O Sistema Integrado de Bibliotecas Universitárias /Universidade de São Paulo (SIBi/USP) – representante, neste trabalho, de uma instituição de ensino, contribui com a sugestão de critérios como: qualidade do conteúdo, autoridade do autor ou corpo editorial, demanda, acessibilidade da língua, custo justificável, atualidade da obra, conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes, disponibilidade em outras bibliotecas, valor efêmero ou permanente, quantidade de exemplares necessários, áreas de abrangência do título, e qualidade visual e auditiva de materiais especiais.

A simplicidade dos critérios apresentados por ANDRADE et al. (1996) são básicas para qualquer coleção a serem utilizadas para os momentos da aquisição, de renovação e de descarte de coleções: uso, opinião dos usuários e custos.

Lancaster (2004) levanta uma interessante questão: deve-se procurar identificar o que a biblioteca deveria ter e não tem, bem como os itens que tem e não precisaria ter. Ele sugere a análise de dados estatísticos de uso da biblioteca com que se pretende trabalhar comparados a dados de outras bibliotecas. Valoriza a opinião de especialistas na área, as citações de títulos de periódicos em trabalhos (pela consulta ao Journal Citations Report – JCR). Toca também na questão do custo, preferindo a escolha do periódico com menor custo e maior uso (ou custo eficácia, como ele denomina). Mas o mesmo autor critica seus critérios por considerá-los mais próprios para tomada de decisão no momento de aquisição, que no momento de descarte

A elaboração de uma básica de títulos de periódicos, conforme sugere a Professora Suzana Müller (1991), para orientar a formação de coleções de periódicos já foi mais explorada. Hoje, nota-se que essas listas têm que ser alteradas com muita frequência para adequação aos interesses da administração do acervo, o que torna esta sugestão pouco proveitosa.

A Biblioteca da Câmara dos Deputados apresenta critérios abrangentes para a seleção e o descarte de periódicos com base no assunto

conteúdo do periódico. A Biblioteca do Senado Federal, no entanto, discrimina mais critérios para esses fins.

A contribuição da Biblioteca da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), como exemplo de biblioteca de outro órgão fora do circuito legislativo, também é básica, sem muita novidade. Utiliza critérios comuns como uso (com base em análise de estatísticas), valor, qualidade do material, legibilidade, resistência e temática. A opinião dos profissionais que atendem aos usuários é levada em consideração, por desenvolverem um *feeling* sobre como é o comportamento dos usuários na busca da informação.

Todo o material levantado na literatura consultada foi considerado para a conclusão e apresentação dos critérios alvo deste trabalho. Antes, porém, e a fim de servir como instrumento auxiliar, segue, abaixo, quadro com resumo das propostas levantadas para desenvolvimento de coleção de periódicos no material estudado aqui:

	Autor/Instituição	Propostas	Natureza
1	Figueiredo	Considerar sempre os objetivos, as metas e a missão da Biblioteca e da instituição maior que a mantém, bem como da rede cooperativa de que faz parte.	Com relação a ocorrências no contexto da biblioteca.
2	Braga	Os 7 critérios básicos que devem estar presentes num título de periódico: normatização, duração, periodicidade regular, indexação, disseminação, colaboração com divisão do conteúdo, autoridade	Com relação aos periódicos em si.
3	Vergueiro	Necessidades do usuário, espaço x custos da aquisição da assinatura, assinatura x comutação de artigos, reputação do corpo editorial para discorrer sobre os temas, presença de artigos indexados em bases de dados, presença de resumo em idioma	Com relação aos periódicos em si e a outras ocorrências no contexto da biblioteca e

		acessível ao usuário.	extra biblioteca.
4	SIBi/USP	Qualidade do conteúdo, autoridade do autor ou do corpo editorial, demanda, acessibilidade do idioma, custo justificável, atualidade da obra, conveniência do formato, compatibilização com equipamentos existentes, disponibilidade em outras bibliotecas, valor efêmero ou permanente, quantidade de exemplares, área de abrangência do título, qualidade visual e auditiva dos materiais especiais.	Com relação aos periódicos em si e a outras ocorrências no contexto da biblioteca.
5	Andrade et al.	Uso, opinião do usuário e custos.	Com relação a ocorrências no contexto da biblioteca.
6	Lancaster	Observar o que a biblioteca deveria ter e não tem, bem como os itens que tem e não precisaria ter. Análise de dados estatísticos próprios comparados com dados de outras. Opinião de especialistas na área, citação de títulos de periódicos em trabalhos (informação obtida no Journal Citation Report). Preferir o periódico de menor custo com maior uso	Com relação a ocorrências no contexto da biblioteca e extra biblioteca.
7	Müller	Lista básica de títulos de periódicos do escopo da biblioteca.	Com relação a ocorrências no contexto da biblioteca
8	Chiara e Prazeres	Fórmula: $CUU = CA / \sum up$ O custo por unidade de uso do periódico pode ser obtido dividindo-se o custo anual do periódico pelo somatório do uso do periódico.	Com relação a ocorrências no contexto da biblioteca.
9	Biblioteca da Câmara dos Deputados	Assuntos presentes no Núcleo Básico e no Núcleo Complementar da Política de Desenvolvimento de Coleções, juntamente	Com relação a ocorrências no contexto da

	Deputados	com a análise por parte da Comissão de Seleção	biblioteca e extra biblioteca.
10	Biblioteca do Senado Federal	Exclusão de títulos: de tribunais e procuradorias estaduais, exceto do DF, de faculdades particulares, fascículos anteriores a dois anos, títulos com dois anos de estatística zero na Biblioteca. Mas são mantidos títulos do tipo anterior que têm poucos títulos indexados no acervo; que são de qualidade; com autores renomados ou com mestrado e doutorado; os que tiveram recebimento regular de fascículos nos últimos cinco anos; os que receberam classificação "A" no Programa Qualis da Capes; os presentes nas estatísticas da Biblioteca em dois anos anteriores; os com editor de bom conceito. Não são indexados os artigos de alunos de graduação ou mestrado de faculdades particulares, exceto quando não há mais outro título do mesmo estado ou se valer muito. Devem ser repassados a outras bibliotecas da RVBI os títulos de procuradorias, ministérios públicos e de tribunais estaduais.	Com relação aos periódicos em si e a outras ocorrências no contexto da biblioteca e extra biblioteca.
11	Biblioteca da ANATEL	Estatísticas de empréstimo, valor, qualidade, estatísticas e <i>feeling</i> dos profissionais de atendimento aos usuários com relação ao comportamento destes na busca da informação.	Com relação a ocorrências no contexto da biblioteca e extra biblioteca.
12	Ferreira apud Oliveira	Características do periódico eletrônico	Com relação aos periódicos em si e a outras ocorrências no contexto da biblioteca e extra biblioteca.

Quadro: resumo de propostas levantadas na literatura para desenvolvimento de coleção de periódicos

## 8.Proposta

Depois de estudados os vários exemplos de desenvolvimento e avaliação de coleções de periódicos presentes na literatura, muitos desses utilizando critérios bem semelhantes, foi elaborada uma proposta para subsidiar o desenvolvimento da coleção de periódicos da Biblioteca da CLDF. Pode contribuir, também, para o aperfeiçoando da Política de Avaliação e Desenvolvimento da Coleção Bibliográfica da Biblioteca em estudo.

Os critérios propostos pelos autores estudados e as práticas de outras bibliotecas foram aproveitados e acatados em parte. As opiniões do chefe e as observações feitas *in-loco* no acervo de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa do DF também foram consideradas importantes para se chegar à conclusão. Propõem-se, então, os seguintes critérios para desenvolvimento especificamente desta coleção:

<b>Critérios para desenvolvimento da coleção de periódicos</b>	
1	Os temas discutidos no periódico devem estar presentes na Abrangência Temática dos assuntos constante da Política de Avaliação e Desenvolvimento da Coleção Bibliográfica da Biblioteca. No Núcleo Básico, preferencialmente. O Núcleo Complementar deve ser explorado, se houver uma demanda de algum dos temas para realização de trabalho decorrente de atividade da Casa.
2	Os títulos produzidos pela Câmara Legislativa do DF devem ter um exemplar de cada fascículo mantido no acervo. Deve, também, ser estimulada a indexação dos mesmos para facilitar uma melhor recuperação, sob o ponto de vista histórico, dos artigos ali presentes.
3	Títulos produzidos pela Câmara Legislativa, descontinuados há mais

	de cinco anos, com pequeno número de fascículos editados podem ser encadernados juntos.
4	Os títulos devem ter conteúdo compatível com os temas discutidos pela Casa, para atender à linha de trabalho legislativo desenvolvido.
5	Os títulos tombados por lei como patrimônio histórico devem ser preservados e não descartados.
6	Os títulos indexados pela RVBI ou que têm índices de assunto e de autor são preferidos.
7	Tanto para aquisição como para descarte de títulos, devem ser observadas as estatísticas de uso, considerada a opinião do profissional do Serviço de Atendimento e, opcionalmente, consultado o Comitê de Usuários.
8	Deve ser observada a autoridade para tratar do tema discorrido pelo título a partir da reputação dos autores de artigos e dos editores.
9	A precisão dos temas abordados deve ser observada tanto para o momento da aquisição como para o momento do descarte.
10	Títulos com conteúdo apenas de divulgação de atividades institucionais privadas ou governamentais não devem fazer parte do acervo.
11	Dos títulos com conteúdo apenas de caráter efêmero, como publicações de indicadores econômicos e tabelas de tributos que não atendem mais aos usuários por serem de uso temporário e estarem desatualizados, devem permanecer no acervo somente os fascículos do ano corrente e, no início do ano seguinte, apenas o resumo histórico ou, se não existir um resumo do período, ou o último

	fascículo do ano anterior, até que este também esteja desatualizado.
12	Títulos de universidades e faculdades não devem fazer parte do acervo, exceto no caso de haver demanda sobre o tema e não existir outro periódico que atenda.
13	Devem ser adquiridos títulos, ou renovadas assinaturas, em formatos, idiomas e conteúdos que atendam aos usuários internos da Câmara Legislativa.
14	Títulos no formato eletrônico presentes no acervo, ou instalados para consulta via <i>Intranet</i> , ou mesmo livres na <i>Internet</i> , que tenham correspondente exemplar em papel no acervo, podem ter este último formato descartado, se não houve demanda pelo formato em papel registrada nas estatísticas dos últimos cinco anos.
15	Quanto ao idioma, os títulos devem atender ao perfil do usuário da Biblioteca, sem causar barreira linguística, escolhendo-se preferencialmente os de língua portuguesa.
16	Cada título da coleção deve passar por avaliação específica no momento da renovação da assinatura e a coleção como um todo, por avaliação global a cada cinco anos.
17	Apenas os diários oficiais (DCL e DODF) em formato papel devem ser armazenados e encadernados. Os demais diários devem ser descartados no início da semana seguinte à publicação.
18	Títulos com temas do Núcleo Básico abordados mais superficialmente podem ser títulos candidatos ao descarte.
19	Lista de títulos candidatos a descarte pode ser submetida ao Comitê de Usuários.

20	Periódicos não indexados pela RVBI, com mais de cinco anos sem registro nas estatísticas de consultas, podem ser submetidos ao Comitê de Usuários para avaliação, exceto os títulos produzidos pela Casa ou tombados como patrimônio histórico.
21	No processo de descarte de títulos de periódicos ou de duplicatas de fascículos, devem ser elaboradas listas e enviadas, via <i>e-mail</i> às bibliotecas para doação. E, no caso de não haver biblioteca interessada em fascículos da coleção, os periódicos em suporte papel devem ser doados para reciclagem.
22	Os periódicos em qualquer suporte, quando descartados, devem ter apagados os registros de fascículos da coleção CLD no Sistema Aleph.
23	Títulos com conteúdo basicamente de legislação ou jurisprudência de tribunais podem ser descartados, se houver condições de acesso livre aos mesmos via <i>Internet</i> .
24	Títulos muito consultados em outras bibliotecas por usuários internos podem ser candidatos a fazerem parte do acervo.

Quadro com critérios propostos

## 9 Conclusões e Recomendações

Com base nas análises feitas, pode-se concluir que a Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal pode mitigar diversos problemas percebidos hoje, apenas com a utilização de mais parâmetros para seleção e descarte de títulos de periódicos do acervo.

Um ponto importante a se considerar é que a Biblioteca necessita de corrigir a coleta de dados estatísticos sobre cópias de artigos e sobre a simples

consulta da coleção de periódicos. Os profissionais encarregados desse serviço deveriam ser instruídos quanto às alterações nos títulos dos periódicos para não incorrerem em erro durante a coleta de dados, tornando-os inconsistentes para o uso. Essa medida poderá subsidiar estudos sobre diversos temas, inclusive sobre o desenvolvimento do acervo, refletindo com mais rigor a realidade da instituição quanto ao uso da informação.

Não menos urgente, também, é a necessidade de se realizar um estudo de usuário para conhecer que tipo de informação os usuários buscam, quando e como a desejam receber. Esse estudo poderá complementar o leque de instrumentos que, na mão dos gestores competentes, poderá favorecer o entendimento sobre como se comportam os usuários da informação na CLDF e como atendê-los melhor.

O serviço de Disseminação Seletiva da Informação - DSI, que encontra-se paralisado, deveria ser retomado pelos profissionais do atendimento, como forma de divulgar o acervo, oferecendo proativamente aos usuários em forma de pesquisas objetivas sobre temas de interesse desses. O início de uma nova legislatura, com um grande número de deputados novos no próximo ano, é uma oportunidade desafiadora.

Mais bibliotecários do último concurso poderiam ser chamados.

Alguns periódicos do acervo não se encontram indexados e nem apresentam índices para pesquisa, como, principalmente, títulos produzidos pela Câmara Legislativa. Recomenda-se a indexação, para divulgação e acesso ao conteúdo dessas obras em pesquisas sobre a Casa.

Propõe-se que haja maior estímulo ao compartilhamento de periódicos entre as bibliotecas da Rede RVBI para intercâmbio de artigos e para que ocorra menos duplicidade de títulos de periódicos na Rede, exceto por comprovada necessidade do órgão mantenedor da biblioteca.

Nota-se que as restrições financeiras e de espaço são as principais responsáveis pela elaboração de critérios oficiais científicos para desenvolvimento da coleção de periódicos da Biblioteca da Câmara Legislativa. Deve-se tomar uma postura mais profissional quanto ao tema e não prorrogar

as decisões que podem contribuir para evitar perda da qualidade da informação oferecida aos usuários dessa Biblioteca.

Percebe-se, ainda, que há trabalho para ser desenvolvido, mas são poucos os profissionais bibliotecários. Diante desse cenário, faz necessária a chamada de mais bibliotecários concursados.

Sugere-se que esses critérios propostos sejam submetidos à Comissão encarregada da atualização da Política de Avaliação e Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Após considerações da Comissão, os critérios devem ser inseridos na referida Política, a qual deve ser encaminhada para atualização formal por meio de publicação de ato oficial da Mesa Diretora da Casa.

A introdução desses critérios deve passar a fazer parte de uma rotina da Biblioteca com reavaliações desses critérios sempre que se fizer necessário ou a cada cinco anos.

Espera-se, com este trabalho, também, incentivar o surgimento de outros que venham a contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços realizados na Biblioteca da CLDF a fim de promover um melhor ambiente para desenvolvimento dos trabalhos legislativos e conseqüente favorecimento do uso da informação para o bem comum da sociedade do Distrito Federal.

## Referências Bibliográficas

ALONSO, Marta Dolabela Lima. Descarte. **R. de Biblioteconomia de Brasília**, n.16 v. 2 p.191-206 jul./dez. 1988.

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo do Couto. **Apontamentos de metodologia para ciências e técnicas de redação científica**: monografias, dissertações e teses de acordo com ABNT 2002. 3. ed. Rev. e ampl. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 2003.

ANDRADE, D. C. et al. Estudos em gerenciamento de acervos da USP: critérios de avaliação de títulos de periódicos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9, Curitiba, 1996. Anais...Curitiba: UFPR/PUC-PR, 1996. v.3 p. 711-726.

BERTUCCI, Liane Maria. **Seleção**: aspecto primordial do gerenciamento da biblioteca universitária no século XXI. [1999?] 11 p. Disponível em [HTTP://onlineassociate.net/doc/Seleção:-Aspecto-Primordial-do-gerenciamento-da-biblioteca/](http://onlineassociate.net/doc/Seleção:-Aspecto-Primordial-do-gerenciamento-da-biblioteca/). Acesso em: 08 ago.2010.

BRAGA, Gilda Maria; OBERHOFER, Cecilia Alves. **Diretrizes para avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros**. [s.l.]: CNPq/IBICT,1983? 17p.

BRASIL. DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa. **Lei orgânica do Distrito Federal**. Brasília: CLDF, 2008. 129p.

\_\_\_\_\_. **Política de avaliação e desenvolvimento da coleção bibliográfica da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal**: ato do 3º Secretário nº 5/2005 de 08/12/2005 DCL 09/12/2005. Brasília: CLDF, 2005. 15p.

\_\_\_\_\_. **Portaria - GMD n. 30**, 20 de abril de 2010. Disponível em: [www.cl.df.gov.br/GMD](http://www.cl.df.gov.br/GMD). Acesso em 26 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Regimento interno da biblioteca**. Revisão de 2008. Brasília: CLDF,

\_\_\_\_\_. **[Relatório anual do] Setor de Biblioteca**. Brasília: CLDF. 2008. 21p.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 219, de 22 de agosto 2005. Disponível em: [www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br). Acesso em 26 ago. 2010.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. **Reunião diretorias da RVBI**, Brasília, DF: 13 ago. 2009. 28 p. + 5 p + 2 f.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Biblioteca Ministro Ruben Rosa**: política de desenvolvimento de coleções. [Brasília, DF]: [s.d.], 6 p. Disponível em: [http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca\\_tcu/tutoriais/POL%C3%8DTICA%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20DE%20COL E%C3%87%C3%95ES.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/tutoriais/POL%C3%8DTICA%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20DE%20COL E%C3%87%C3%95ES.pdf).. Acesso em: 27 ago. 2010.

CHASTINET, Yone; LIMA, Ida Maria Cardoso. O impacto da implantação do programa de aquisição planejadas de periódicos para bibliotecas universitárias – PAP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5. Anais...Porto Alegre, jan. 1987. V. 2.

CHIARA, Ivone Guerreiro Di. ; PRAZERES, Yara Maria Pereira da Costa. Estudo dos periódicos da área de ciência sociais da Biblioteca Central da Universidade de Londrina (BC/UEL). **R. da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21 n.2 p. 253-276 jul./dez. 1992

COELHO, Eduardo. **Metodologia de pesquisa científica**: métodos e técnicas de pesquisa [slides de aula]. Disponível em [www.interuni.org.br](http://www.interuni.org.br). Acesso em: 01 set.2009.

\_\_\_\_\_. **Metodologia de pesquisa científica**: estrutura de pré-projeto e monografia [slides de aula]. Disponível em [www.interuni.org.br](http://www.interuni.org.br). Acesso em: 01 set.2009.

CRITÉRIOS adotados [na Biblioteca do Senado Federal] na análise dos títulos de periódicos indexados. [Brasília, DF]: [Biblioteca do Senado Federal], [1999], 1p. (documento interno).

FEITOSA, Ailton. **Organização da informação na web**: das tags à web semântica. Brasília, DF, Thesaurus, 2006. Estudos Avançados em Ciência da Informação, v. 2.

FERREIRA, Aline de Alessio et. al. Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 12-26, set. 2009. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br>. Acesso em: 26 ago.2010

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 96 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.185 p.

FUNDAÇÃO Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Proposta da área do direito: construção do Qualis de periódicos; triênio 2007-2009 e metas 2010**. [s.l.]: [2008], 7p. Disponível em: [http://www.conpedi.org.br/arquivos/capes\\_proposta.pdf](http://www.conpedi.org.br/arquivos/capes_proposta.pdf). Acesso em: 28 ago. 2010.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2 p. 165-175, maio/ago. 1998

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2004. 356 p.

LIMA, Regina Célia Montenegro de. ; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13 n. 2 p. 137-50, jul./dez. 1984

MIRANDA, Arlene Cristina Souza e Della Giustina, Leslie Regina. **O serviço de referência da biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal**. [trabalho de conclusão da disciplina Gestão da Informação Bibliográfica, do Curso de Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação, ministrada pelo Instituto Blaise Pascal/Interuni], Brasília, DF, 2009, 8 p.

MOURA, Victor Hugo Vieira et. al. Avaliação dos periódicos jurídicos brasileiros impressos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, Brasília, DF: jul. 2007.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Metodologia para avaliação de lista básica de periódicos. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.20, n.1, p. 111-118, jul./dez. 1991.

PASSOS, Edilenice (org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. 237p.

\_\_\_\_\_. O futuro da biblioteca jurídica. In: I ENCONTRO DAS BIBLIOTECAS DA 4ª REGIÃO e I REUNIÃO DO GRUPO DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS DA 4ª REGIÃO, Porto Alegre: 02 maio 2005.

PROPOSTA para desenvolvimento do acervo e política de seleção e aquisição da biblioteca da ANATEL.[s.l.]: Poliedro Informática Consultoria e Serviços, [s.d.]. 23p.+6f.

SAGÁS, Alcimar Oliveira et al. **Política de desenvolvimento de coleções da biblioteca universitária da UDESC**. Florianópolis: Biblioteca Universitária do Estado de Santa Catarina. 2004. Disponível em: [http://www.bu.udesc.br/download/Potc\\_desenv\\_colec.pdf](http://www.bu.udesc.br/download/Potc_desenv_colec.pdf). Acesso em 27 jul. 2010.

SOUZA, Stephania Maria de. **Seleção de informações em bibliotecas legislativas**: o caso da Câmara dos Deputados – Brasil. 1. Semestre 2009.(Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos Deputados). Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2009. Disponível em: [www.senado.gov.br/bdsf](http://www.senado.gov.br/bdsf). Acesso em 06 ago.2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Subsídios para o estabelecimento de política de desenvolvimento de acervos para as bibliotecas do SIBi/USP.São Paulo: SIBi/USP, 1998. 32 p. Cadernos de Estudos n.7

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: APB, o 1989 (Coleção Palavra-chave, 1)

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22 n.1 p. 13-21 jan./abr. 1993.

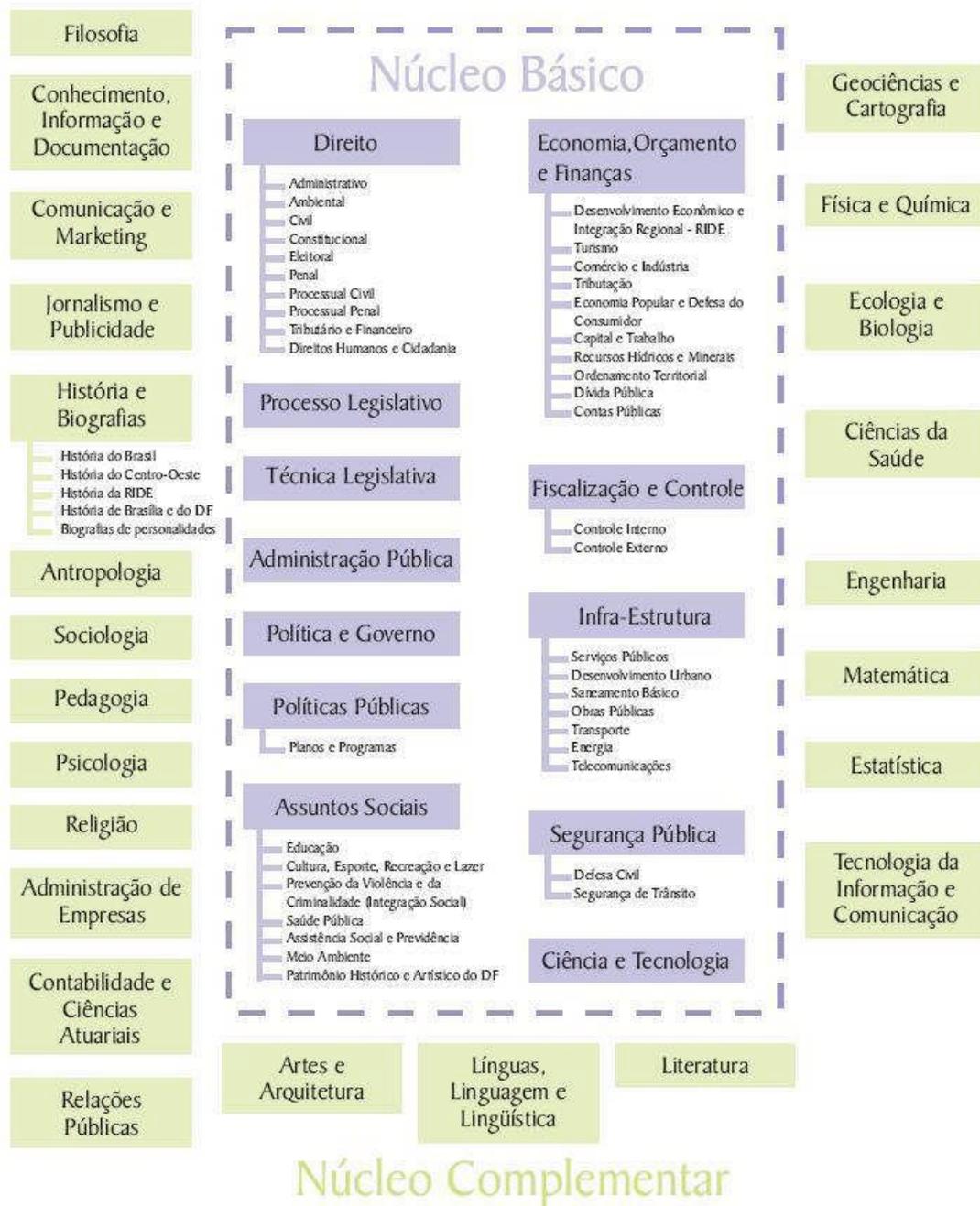
\_\_\_\_\_. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 2. ed. Brasília, DF, Briquet de Lemos Livros, 1997. 126 p.

VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos de metodologia científica**.. 2. ed. rev. Brasília, DF: Paralelo 15; Universidade de Brasília, 1999.

WETZEL, Simone R. **O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento:** suas origens e desafios. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v.7, n. 1 p. 61-67, jan.-jun./2002. Disponível em [HTTP://eprints.Rclis.org/12100/1/dc-pci.pdf](http://eprints.Rclis.org/12100/1/dc-pci.pdf). Acesso em 08 ago.2010.

## **Anexos:**

# Abrangência Temática da Biblioteca da CLDF

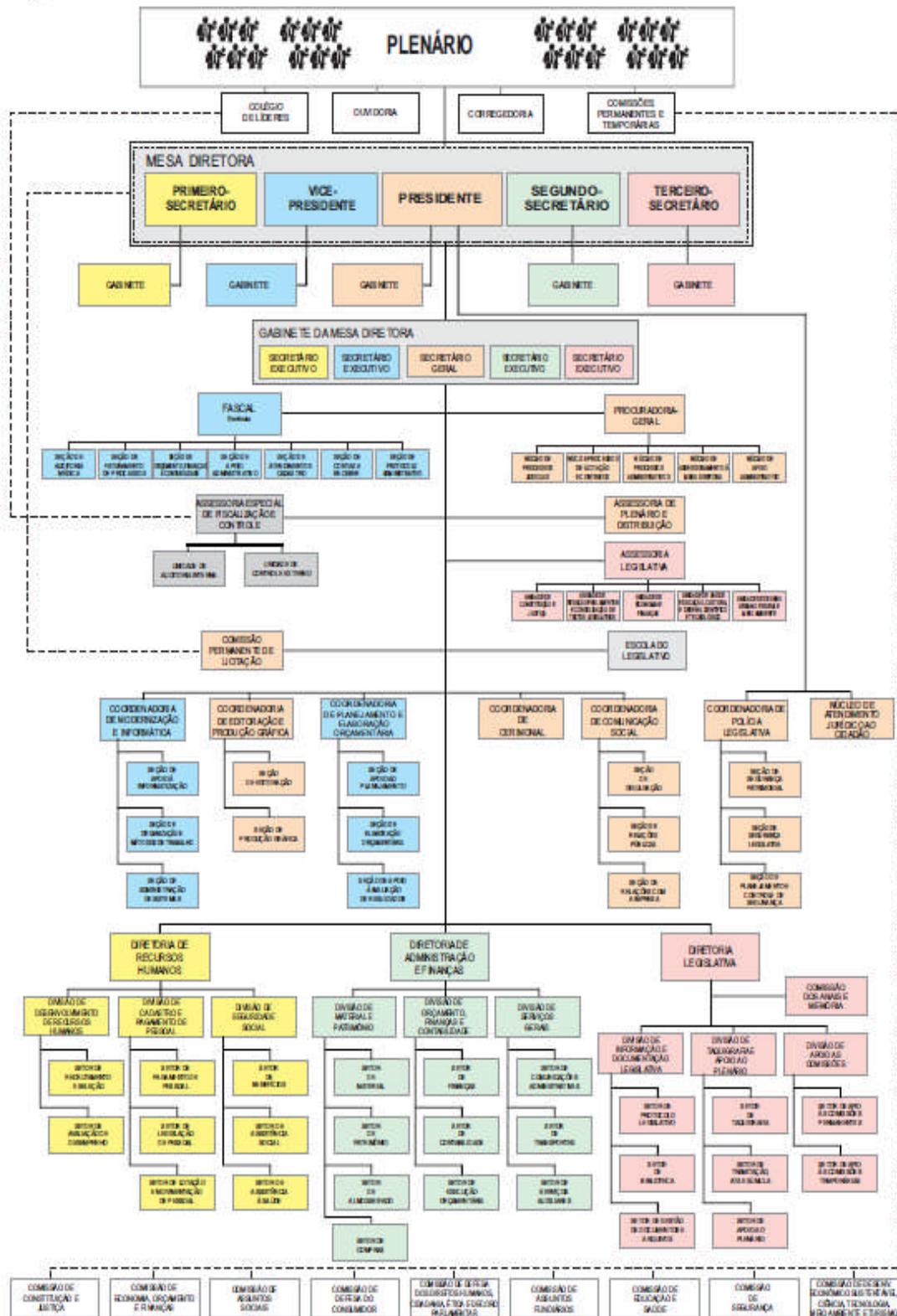


# Anexo 2: Organograma da Câmara Legislativa do Distrito Federal



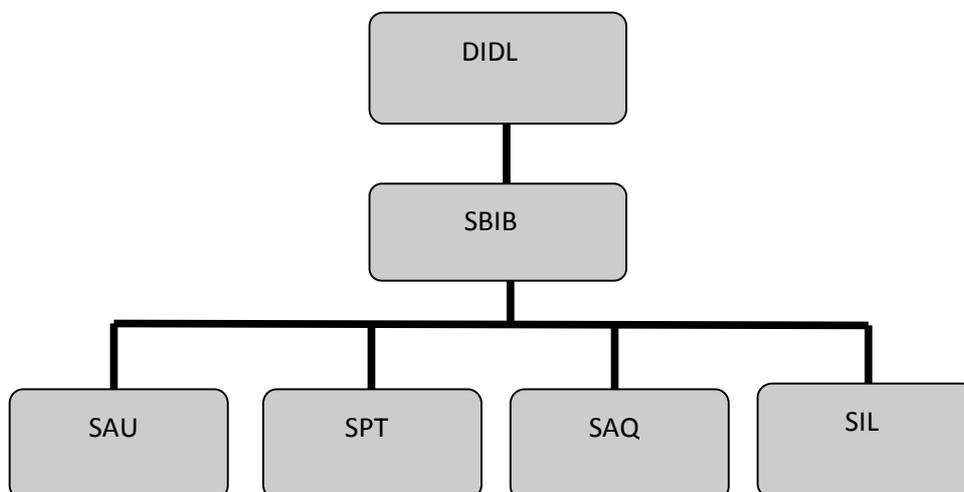
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Estrutura Administrativa da CLDF  
SITUAÇÃO EM MARÇO DE 2010



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resoluções: 034/91; 037/91; 046/92; 089/94; 106/96; 140/97; 156/99; 167/00; 168/00; 171/01; 175/02; 177/02; 181/02; 183/02; 215/05; 219/05; 223/06; 225/06; 230/07 e 243/08; Emenda à Lei Orgânica nº 096/6; Ato da Mesa Diretora 10.2/03.

## Estrutura do Setor de Biblioteca\*



Legenda:

DIDL – Divisão de Documentação e Informação Legislativa

SBIB – Setor de Biblioteca

SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário

SPT – Serviço de Processos Técnicos

SAQ – Serviço de Aquisição

SIL – Serviço de Indexação Legislativa e Gerenciamento de Sistemas

\* Baseada na Resolução nº 219/2005